

Em 19 de fevereiro de 2009

À CTIL

**Assunto:** Minuta de Resolução CNRH que “Define as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União e estabelece procedimentos para a criação de comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio da União por iniciativa dos Estados da Federação”

1. Esta Nota Técnica tem como objetivo apresentar proposta de Resolução a ser analisada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH para a definição das Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) de rios de domínio da União e estabelecer procedimentos complementares à Resolução CNRH nº 5, de 2000, para a criação de comitês de bacia hidrográfica.
2. A minuta de Resolução, anexa a esta Nota Técnica, é o resultado do trabalho conjunto ANA e SRHU/MMA que, durante 6 (seis) meses, reuniu técnicos, gerentes e diretores de ambas as instituições, notadamente aqueles envolvidos diretamente com o processo de criação, instalação e acompanhamento dos comitês de bacia.
3. A Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH avaliou e aprovou a minuta de Resolução em sua 55ª reunião, ocorrida nos dias 17 e 18 de fevereiro, sugerindo pequenas alterações, que foram incorporadas à proposta anexa.
4. A proposta de Resolução considerou os fundamentos e princípios da Lei nº 9.433, de 1997, na qual a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades, e, principalmente, que a União deverá se articular com os Estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.
5. A discussão sobre esta minuta surgiu a partir de proposta elaborada pela ANA no âmbito do estudo do Mapa de Gestão, para a definição de Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Rios de Domínio da União.
6. Este trabalho foi aperfeiçoado com a proposição da diferenciação das Unidades entre nacionais e regionais: as primeiras, aquelas cujos usos impactam interesses nacionais ou de outras unidades; as segundas, sobre as quais há maior autonomia no processo de gestão dos usos internos, identificados como de interesse preferencialmente locais.
7. A CTPNRH manifestou preocupação quanto ao “engessamento” das UGRHs definidas na minuta de Resolução como nacionais e regionais, porém concordou com a manutenção da proposta uma vez que estas unidades serão revistas periodicamente, junto com a revisão do Plano nacional de Recursos Hídricos, ou a qualquer momento pelo CNRH.

8. Para o cumprimento da Resolução e criação de comitês de bacia são estabelecidos dois encaminhamentos possíveis e diferentes:
- a) Nas UGRHs Regionais a criação de comitês de bacia poderá ser proposta pelos Estados, atendidas quatro condições: i) delegação de competências legais ao CBH, pelos Estados; ii) alocação quali-quantitativa dos recursos hídricos; iii) delegação, pela ANA, da outorga de direito de uso dos recursos hídricos; iv) estudo técnico sobre a sustentabilidade financeira da secretaria executiva do CBH.
  - b) Para a criação de CBHs nas UGRHs Nacionais a vigência de norma legal estabelecendo a alocação quali-quantitativa passa a ser exigência da existente Resolução CNRH nº 5, supra citada.
9. Nos últimos anos e em vários casos, a ANA vem sendo solicitada a opinar, mesmo que não previsto na legislação, sobre a criação de comitês de bacias hidrográficas. Sem que haja uma definição objetiva de critérios que devam ser observados, o parecer da ANA tem sido protelado em algumas situações. Em outras, sem o posicionamento da ANA, têm sido criados comitês de bacia sem o necessário envolvimento dos Estados com relação ao apoio para a efetivação destes comitês em toda a bacia hidrográfica.
10. A minuta em questão define as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de Domínio da União (UGRHs) e critérios objetivos para sua criação dos Comitês. Define ainda que a área de atuação dos comitês de bacia hidrográfica corresponda à competência desses colegiados, não somente nos rios de domínio da União, mas em todos os corpos d'água na bacia.
11. Em função do maior comprometimento dos Estados, a Minuta propõe a descentralização da tomada de decisão por intermédio da delegação de competências aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, pelo CNRH, após a criação do comitê. O comitê de bacia, vinculado ao CNRH, demandaria aos respectivos CERHs a aprovação de temas que hoje são prerrogativa do Conselho Nacional.
12. Um outro tema enfrentado pela Minuta é o relativo ao acompanhamento das ações dos comitês que, criados a partir desta Resolução, encaminharão anualmente ao CNRH, relatórios de atividades demonstrando o seu regular funcionamento e comprovação da manutenção dos condicionantes exigidos para sua criação.
13. Por fim, espera-se que os condicionantes relativos à alocação quali-quantitativa dos recursos hídricos entre os Estados possa induzir a uma maior estruturação da regulação no âmbito da Bacia, elemento fundamental ao atendimento das demandas advindas da atuação dos comitês e para efetivação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

Atenciosamente,

**SIDNEI GUSMÃO AGRA**  
Presidente da CTPNRH